

DOMÍNIOS DA SUBJETIVIDADE DA MULHER: UMA HISTÓRIA DO CORPO SOCIAL

Domains of women's subjectivity: a history of the social body

Rebeca Barbosa Nascimento¹; Rodrigo Barbosa Nascimento²; Nilton Milanez³

¹ (autor correspondente), Doutora em Estudos Linguísticos na Universidade Estadual de Feira de Santana, mestre em Estudos Linguísticos e graduada em Letras Vernáculas, também pela mesma instituição. Foi bolsista Fapesb e está vinculada aos grupos de pesquisa Labedisco (Laboratório de Estudos do Discurso e do Corpo - UEFS/Cnpq), sob a coordenação do Profº Dr. Nilton Milanez, no qual atua como pesquisadora e professora assistente. Endereço: Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana – BA, Brasil, 44036-900. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6491328736293474>. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-2877-6404>. E-mail: corpusrebecanascimento@gmail.com.

² Mestrando em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pós-Graduando em Neuropsicologia (DA). Graduado em Psicologia pela Universidade Salvador. Graduando em Filosofia pela Universidade Católica de Brasília. Coord do Laboratório de Estudos em Biologia, Filosofia e Psicologia (Labiofip). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/180936977759390>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0445-1514>. E-mail: nascimentolag@gmail.com.

³ Professor Pleno na Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. Coordena o LABEDISCO – Laboratório de Estudos do Discurso e do Corpo/CNPq, sediado na UEFS. Realizou pós-doutorado em Estudos Literários, 2020-2021, pela Universidade Federal de Uberlândia, junto ao GPEA – Grupo de Estudos em Espacialidades Artísticas, sob a supervisão de Marisa Gama-Khalil. Em Sabática, 2015-2016, desenvolveu pesquisa sobre Corpo, Cinema e Psicanálise no Département de Psychanalyse, Université Saint Denis, Paris VIII e Departamento de Psicologia, USP- Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto com o Interfaces, coordenado por Leda Verdiani Tfouni. Seu Pós-doutorado, 2010-2011, em Discurso, Corpo, Cinema foi realizado na Sorbonne Nouvelle, Paris III, sob a supervisão de Jean-Jacques Courtine e Phillippe Dubois. É Doutor em Linguística e Língua Portuguesa com área de concentração em Análise do Discurso pela UNESP – Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Campus de Araraquara. Seus trabalhos como livros, periódicos, artigos e vídeos podem ser acessados em nilton-milanez.blogspot.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1403266753468089>. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-1669-0304>. E-mail: nilton.milanez@gmail.com.

Resumo

Esse estudo que aqui desenvolvemos nasceu de inquietações que encontram corpo na existência das mulheres. Ao nos darmos conta e encararmos essas inquietações, foram tomando forma ao nosso redor múltiplas vozes que levaram à percepção de que as singularidades das mulheres

estavam deslocadas de uma vivência coletiva, na qual múltiplos corpos relacionam-se, atuando sobre os comois e porquês dos modos de viver. Nesse ato de questionar os comois e porquês das escolhas que não são feitas, desvendamos nossos olhos para a percepção de que as mulheres são muitas. Muitas que não existiam sozinhas. Assim, objetivamos articular os pressupostos teóricos de base foucaultiana para refletir sobre a mulher enquanto sujeito em sua complexidade e heterogeneidade forjada na história, colocando a instrução como exterioridade relevante para a construção dessa subjetividade.

Palavras chave: Michel Foucault. Subjetividade. Mulher.

Abstract

This study which we have developed here concerns about the existence of women. When we realized and faced these concerns, multiple voices took shape around us that led to the perception that the singularities of women were displaced from a collective experience, in which multiple bodies are related, acting on the hows and the whys of the ways of living. In this act of questioning the hows and whys of the choices which are not made, we unveil our eyes to the realization that there are many women. Many who did not exist alone. Thus, we aim to articulate the theoretical assumptions based on Foucault's work to reflect on women as subjects in their complexity and heterogeneity forged in history, placing instruction as a relevant externality for the construction of this subjectivity

Keywords: Michel Foucault; Subjectivity; Women.

Linhas de força nos processos de construção histórica das mulheres

Esse estudo objetiva articular os pressupostos teóricos de base foucaultiana para refletir sobre a mulher enquanto sujeito em sua complexidade e heterogeneidade forjada na história, colocando a instrução como exterioridade relevante para a construção dessa subjetividade.

Neste primeiro momento, faz-se necessário que sejam construídas algumas demarcações importantes. O trabalho que aqui desenvolvemos nasceu de inquietações que encontram corpo na existência das mulheres. Ao nos darmos conta e encararmos essas inquietações, foram tomando forma ao nosso redor múltiplas vozes que levaram à percepção de que as singularidades das mulheres estavam deslocadas de uma vivência coletiva, na qual múltiplos corpos relacionam-se, atuando sobre os comois e porquês dos modos de viver.

Essas relações, que aqui chamaremos de linhas de força, atuaram (e continuam atuando) na modificação dos aspectos práticos das vivências diárias, empurrando as mulheres para posições e condutas as quais, inúmeras vezes, devemos questionar. Nesse ato de questionar os

comos e porquês das escolhas que *não* são feitas, desvendamos nossos olhos para a percepção de que as mulheres são muitas. Muitas que não existiam sozinhas.

Pudemos então, em nossa insatisfação, encontrar uma coragem de verdade. Buscamos Foucault para dar nome a esse estica-e-puxa diário no qual as mulheres se encontram e, ainda, no qual vemos seus corpos literalmente sofrerem, uma vez que “existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir” (Foucault, 1984, p. 13).

Em Foucault, compreendemos que essa dinâmica tem razão histórica de ser, e que é um processo. A escolha por essas reflexões se fundamenta no fato de que a questão do sujeito em Foucault ganhou destaque singular com a defesa do autor de uma experiência de pensamento que sempre traz em seu bojo a dinâmica da mudança de si, mesmo que se descubra, depois, sob o leito de uma questão permanente ou mais duradoura, vista sob diferentes prismas ou situações.

Na vida das mulheres, atuar em múltiplas posições sociais, tornando-se *sujeitos outros*, impõe restrições. Restrições essas que as tiram de espaços outrora ocupados, gestos e condutas outrora assumidas e as colocam em transformação. E é essa mudança, enquanto prática, que buscamos desvelar.

Pensar *sujeito* em Foucault e trazer para uma conduta das/para mulheres requer certa atenção. O que conseguimos com base em seu pensamento encontra espaço em um trabalho minucioso de deslocamento do que é possível ser levantado em suas reflexões para o entendimento do *sujeito* enquanto um lugar.

Esse deslocamento se deve ao fato de que Foucault não demarcou um conceito de *sujeito*. O autor salienta esse ponto ao afirmar que:

O que eu recusei foi precisamente que se fizesse previamente uma teoria do sujeito – como seria possível fazer, por exemplo, na fenomenologia ou no existencialismo –, e que, a partir desta, se colocasse a questão de saber como, por exemplo, tal forma de conhecimento era possível. Procurei mostrar como o próprio sujeito se constituía, nessa ou naquela forma determinada, como sujeito louco ou não, como sujeito delinquente ou não, através de um certo número de práticas, que eram os jogos de verdade, práticas de poder etc. (Foucault, 2004, p. 274-275).

Podemos, a partir dessa colocação, assumir que um olhar foucaultiano sobre os sujeitos deve estar atento às experiências. Sim, já que, em suas palavras, o autor afirma haver uma constituição do sujeito, devemos nos atentar à perspectiva de movimento para pensar essa formação em um processo contínuo e heterogêneo. Por isso, tomamos o *tornar-se mulher, mãe, filha, neta, professora* neste trabalho enquanto experiência que subjetiva, colocando-as em uma determinada posição.

Partimos da ideia da experiência por compreender que Foucault reflete que há certa circularidade entre o caráter empírico e transcendental do sentido da experiência humana. Caráter empírico que, em sua história, constitui o sujeito que vive, é funcional e interage, mas que, concomitantemente, é transcendental, pois esse sujeito, assim forjado na história, também é a condição para a existência desse processo. Em outras palavras, o sujeito, enquanto conceito e posição social, depende da existência do sujeito em si. Encaramos, então, a existência do sujeito e de suas experiências em complementaridade e interdependência.

Foucault (2004) propõe que, nessa heterogeneidade a qual nos referimos anteriormente, os sujeitos também são capazes de estabelecer novas relações de si consigo, encontrando brechas para exprimir saberes e verdades divergentes. Essas novas relações são estabelecidas em funcionamento estratégico, esquemas através dos quais os sujeitos atuam para que existam no social de forma a materializar sua singularidade (Milanez, 2018), ainda que sob determinadas condições e de acordo com aquilo que é possível em determinado estrato histórico, um dado momento na vivência da humanidade, como vemos a seguir:

se agora me interesso de fato pela maneira com a qual o sujeito se constitui de uma maneira ativa, através das práticas de si, essas práticas não são, entretanto, alguma coisa que o próprio indivíduo invente. São esquemas que ele encontra em sua cultura e que lhe são propostos, sugeridos, impostos por sua cultura, sua sociedade e seu grupo social (Foucault, 2004, p. 276).

Foucault (2004) parte do que ele chama de práticas de si para afirmar que os sujeitos podem, ainda que por brechas, escapar, constituindo novos Sis. Em nossos estudos, o olhar de Foucault nos levou a questionar pontos específicos que atuam sobre a constituição histórica na experiência das mulheres. Questionamos, neste trabalho de investigação sobre a instrução das mulheres em um movimento de (re)produção de condutas corporais para as mesmas, a relação

que as mulheres estabelecem consigo tomando como partida verdades que culturalmente são atribuídas a elas.

Tal interrogação se ancora no fato de que, em qualquer cultura, há enunciados que nos dizem sobre o sujeito e que, em caráter de verdade, funcionam, são admitidos e circulam *como se repousassem de forma absoluta*. Daí, trazemos outro ponto: considerando o que constituí tais discursos em seu conteúdo e em sua forma, tendo em mente os laços entre obrigações de verdade, a constituição de *subjetividades* e formas através das quais o sujeito atua em relações, *que experiência as mulheres fazem de si próprias?*

Proponho essas questões em um olhar foucaultiano para as mulheres uma vez que, em vez de examinar as condições e possibilidades da verdade para um sujeito em geral, o que nos parece é que Foucault procura saber quais são os *efeitos de subjetivação* a partir da própria existência de enunciados que *pretendem* dizer uma verdade para o sujeito e sobre ele.

Parece importante salientar aqui que, se não fosse permitido aos sujeitos, em alguma medida, estabelecerem novas formas de relacionarem-se com a verdade e conduzirem-se, não seriam modificadas as formas de existir no social ao longo da caminhada da humanidade. E pensando no social, algumas colocações se fazem fundamentais para entender a construção da mulher enquanto um lugar, um gênero social.

Tornando-se mulher: o gênero social

Ao estudar as questões relacionadas a gênero na teoria social contemporânea, acabamos sempre enfrentando uma discussão já antiga e que frequentemente vemos emergir nestes trabalhos de análise: o entrelaçamento entre o discurso da natureza e sua aplicabilidade ao social.

O conceito de gênero passa a ser compreendido como uma categoria analítica que evidencia o caráter socialmente construído das desigualdades entre mulheres e homens. Sua incorporação no campo teórico constitui uma resposta crítica às abordagens biologizantes, que naturalizavam as diferenças sexuais ao associá-las, de forma hierárquica, às posições ocupadas por homens e mulheres na organização social.

Utilizando a concepção dicotômica natureza/cultura, ou sexo/gênero, Bruschini (1998)

expõe o conceito como sendo, foram construídos, ao longo da história, conceitos, verdades que transformam as diferenças biológicas entre os sexos em desigualdades sociais e, como desdobramento, desigualdade de acesso à instrução formal escolástica, estruturando a sociedade sobre a assimetria das relações entre sujeitos e sujeitas. Ora, ambos, o biológico e o social, têm o mesmo peso para o entendimento das experiências humanas?

Para nos debruçarmos sobre essa questão, parece importante pensar e pontuar a existência de uma certa convenção na designação dos termos, convenção essa que fala sobre o uso do termo “gênero” para todas as referências de ordem social ou cultural, e “sexo” para aquelas de ordem biológica.

Essa categorização do sexo consolidou-se em um hábito raramente questionado, o que nos leva ao conceito cristalizado de que a categorização do sexo está entrelaçada com as “atitudes naturais” que, de fato, são construções sociais assim como os caracteres biológicos e físicos.

Sob esse recorte, trago as formulações de Simone de Beauvoir, a partir de Saffioti (1992) para destacar o entendimento do gênero enquanto uma maneira de existir do corpo e o corpo é uma situação, ou seja, um campo de possibilidades recebidas e reinterpretadas em um dado estrato cultural, geográfico e histórico. Em outras palavras, a maneira como vemos os caracteres biológicos está assentada em relações histórico-sociais que quantifica e categoriza características físicas relacionando-as à condutas possíveis.

Com efeito, o corpo é essencial para definir a situação da mulher ou do homem no mundo, porém é insuficiente para defini-la enquanto mulher ou defini-lo enquanto homem. Assim, ser mulher é uma elaboração social, processo esse que, entrelaçando a Foucault, afirmamos nos colocar em uma dada posição e nos caracterizar em uma subjetividade.

No percurso de construção desses debates, Santos (2007) destaca que as primeiras produções acadêmicas voltadas às desigualdades entre mulheres e homens assumiram papel central ao problematizar o corpo feminino e a sexualidade como objetos de análise. Nesse contexto, argumentos de base biologizante ganharam destaque, atribuindo às mulheres supostas limitações físicas e cognitivas, frequentemente expressas por referências à força corporal e a interpretações pseudocientíficas sobre o cérebro.

Tais discursos contribuíram para a consolidação de uma visão naturalizada das diferenças entre os sexos, segundo a qual a fragilidade seria inerente às mulheres e a força, aos homens, legitimando a associação do espaço doméstico ao feminino e do espaço público ao masculino. Essa lógica, construída e reiterada ao longo do tempo, operou como um mecanismo eficaz de sustentação das desigualdades sociais.

Com as mudanças das dinâmicas sociais e as interações no avanço do capitalismo industrial, as condições de possibilidade para as mulheres sofrem modificações. Santos (2007) nos diz que um importante marco teórico contra a visão essencialista imposta pelas diferenças anatômicas é apresentado pelo filósofo Poulain de la Barre que, já entre 1673 e 1675, contrapôs os defensores da inferioridade feminina afirmando que as diferenças entre homens e mulheres ancoravam-se em diferenças políticas e sociais e não em aspectos de ordem biológica.

A racionalidade, elemento constitutivo de um novo tempo aberto pela sociedade ocidental, tornou-se superfície de emergência para o pensamento sobre o homem, tornando-o objeto de estudo. Como desdobramento, tornou-se possível pensar a vida social e sua composição, trazendo visibilidade para as mulheres nessa dinâmica e, de forma lenta, possibilitando que as próprias mulheres falassem sobre si mesmas.

A ampliação da participação das mulheres ocorreu de forma articulada entre o espaço acadêmico e as mobilizações sociais ao longo do século XX. O ingresso das discussões sobre mulheres e gênero nas universidades caminhou paralelamente às lutas políticas protagonizadas nos movimentos sociais. Conforme aponta Santos (2007), nos Estados Unidos, o surgimento dos estudos feministas está relacionado às mobilizações promovidas por pesquisadoras a partir da década de 1960. Esses questionamentos dirigiram-se, sobretudo, à organização do campo científico e às estruturas hierárquicas que o sustentavam, abrindo caminho para novas interpretações acerca das relações e das diferenças socialmente construídas entre mulheres e homens.

Em um primeiro momento, enquanto *feminist/women's studies*, as pesquisadoras feministas americanas iniciam a reflexão sobre a experiência das mulheres e suas aspirações.

A historiadora Joan Scott (1996) coloca em evidência, todavia, o comportamento dos pesquisadores não feministas a respeito da temática das mulheres. A tendência apresentada era,

mesmo reconhecendo uma possível relevância teórica, descartar este tipo de estudo, uma vez que havia um consenso de que as pesquisas das mulheres tratavam de assuntos como família e sexo, enquanto os homens construíam pesquisas de ordem prioritária, como política e economia. A tentativa de imprimir invisibilidade ou irrelevância para as falas das mulheres nos espaços acadêmicos reforça o movimento histórico de interdição da instrução das mulheres enquanto condição de possibilidade para elas.

Então, tendo como foco a maior aceitabilidade científica do campo de pesquisa relacionado ao estudo das mulheres, Santos (2007) nos diz ainda que o conceito *gênero* apresentou tendência a neutralidade, pois enquanto o termo “estudo das mulheres” ou “história das mulheres” salienta a posição feminina como agentes sociais históricos, o termo “gênero” inclui as mulheres sem as nomear, não se constituindo, criticamente, às análises sociais vigentes. Há de ser pontuado, contudo, que o termo “gênero”, aqui, pode constituir-se também enquanto estratégia discursiva que mascara falas de mulheres, retirando delas o direito de colocarem-se nas discussões enquanto mulheres, marcadas socialmente e historicamente por assim o serem.

Pontuamos, assim, que em seus deslocamentos históricos, o termo gênero, destaca que tanto mulheres quanto os homens são produtos do meio social e, desta forma, suas condições de vida são variáveis e históricas.

Neste contexto, o conceito de gênero é construído como categoria social que interfere no cotidiano das pessoas. Antes mesmo de nascer já são criadas expectativas baseadas em uma suposta fragilidade ou virilidade que já está construída discursivamente no imaginário social da instituição familiar. Essa construção é passada aos indivíduos em processos de socialização, educação e docilização, tornando-os homens ou mulheres.

Somamos a estas observações aqui construídas algumas críticas apontadas por Kimmel (2000). A primeira a se destacar diz respeito à singularidade dos papéis. Os significados de “ser mulher” e “ser homem” estão suscetíveis às transformações de ordem geográfica, cultural, cronológica e social. Desta forma, não parece cabível tratar “mulher” como essência constante, singular e universal.

Com efeito, a teoria do papel sexual de base naturalista não pode acomodar completamente essas diferenças entre homens e mulheres. Entendemos, então, ser possível

falar de *formas de ser mulher*.

Outro ponto importante que pontuamos aqui diz respeito à possibilidade das mulheres de pensarem e atuarem de outra forma na sua própria experiência, assumindo papel ativo na forma de conduzir a si mesmas. Esse desdobramento que estabelecemos entre um si minoritário (que deixa-se levar, não atuandoativamente na sua existência) e um Si enquanto subjetividade em deslocamento fundamentamos no próprio pensamento foucaultiano e suas frestas e é aqui que demarcamos o ato de questionar enquanto importante para garantir às mulheres a emancipação da submissão total aos ditames da história e novas possibilidades para seus corpos.

A escolha desse recorte para nossa discussão perpassa a necessidade de investigação sobre os lugares demarcados historicamente pelos saberes múltiplos que subjetivam as mulheres em um espaço que é, prioritariamente, constituído por camadas e superfícies sócio-históricas com condições de possibilidades geográficas, linguísticas e culturais singulares. Assim, buscamos articular aqui os campos histórico, filosófico e linguístico no cerne dos entrelaçamentos que constituem as condutas dos corpos das mulheres na atualidade. Mas qual a razão da escolha do termo "instrução" para entender a construção histórica de uma conduta corporal e sexual para as mulheres?

Entendemos que não é possível que um dado saber se forme sem um sistema de comunicação, de registro, de acumulação, de deslocamento que é, em si mesmo, uma forma de poder e que está ligado, na sua existência e no seu funcionamento, a outras formas de poder. Assim, afirmamos que nenhum poder pode ser exercido sem a apropriação e disseminação ou contenção de um saber. E é na instância da distribuição e circulação do saber que aqui encaixamos a "instrução", entendida aqui enquanto transmissão, circulação e internalização de matrizes de comportamento aceitáveis.

Ao pensar essa instrução enquanto dispersões discursivas não fechadas em si, tratamos dos modos de existência virtuais. Foucault (2010) traz para a luz o movimento constante de deslocamento de Si dos sujeitos. Assim, um mesmo sujeito pode ser muitos, sob diferentes perspectivas e condições. Esse desdobramento do sujeito sobre ele próprio cria matrizes múltiplas de comportamento possíveis, e são essas matrizes, que tomam forma quando as incorporamos, que constituem uma virtualidade. Essas matrizes as quais nos referimos

precisam ser cuidadosamente controladas, cerceadas, para a produção de um sujeito final específico, enredado em dispositivos e redes de poder que têm, como objetivo final, a manutenção da ordem discursiva.

Os dispositivos e a criação do corpo

A construção dos corpos nos dispositivos de poder-saber articula-se estrategicamente aos procedimentos de normalização, individualização e sexualização. O dispositivo foucaultiano, conceito de base para pensarmos a sexualidade, foi constituído ao longo de toda a obra de Michel Foucault. Deleuze (2020) reflete que Foucault, ao longo de sua obra, não dedicou um momento específico para a construção desse conceito.

Para entender essa ideia, temos que buscar nas margens, em suas entrevistas e palestras. Assim, o conceito de dispositivo elaborado por Foucault constitui-se de forma bastante heterogênea, alicerçando-se na necessidade de pensar as práticas não-discursivas, agências humanas, como parte de sua obra e aliadas à constituição de subjetividades.

É possível entender, então, que o dispositivo compõe-se da rede de enunciados que podemos tecer a respeito de um dado saber; temos, então, a malha que enreda uma dada prática discursiva em suas condições geográficas, sociais, históricas, científicas, religiosas, filosóficas, administrativas e assim sucessivamente. Podemos dizer, assim, que o dispositivo tem sua estrutura circunscrita a um sistema de regras que constituem o permitido e o proibido, o prescrito e o ilícito para os sujeitos; o dispositivo é uma tática, uma estratégia de funcionamento do poder que atua como retorno de uma urgência histórica e que tem, em sua principal função, responder a essa necessidade, esse imperativo da história e, para tanto, certos procedimentos são instalados de forma a garantir a manutenção da ordem discursiva regulando a vida da população.

Em uma primeira instância, refletimos que esses procedimentos são oriundos do investimento político inerente às técnicas disciplinares, nas quais o corpo é tomado como unidade enunciativa que precisa ser controlada em prol de um bem viver coletivo. Por isso, reiteramos que Foucault comprehende, também, por dispositivo “[...] um tipo de formação que em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência”

(Foucault, 2011, p. 243). Temos, desse lado, as disciplinas que cercam e modelam os corpos, por vias de adestramento, vigilância e (as) sexualização dos corpos das mulheres como urgentes, fundamentais para a manutenção da *vida como ela é*.

Os dispositivos, de acordo com Foucault (2007), podem ser táticos, compondo um certo número de estratégias, assim como também, serem a própria estratégia: a família, o hospital, o exército, são instituições parte dos dispositivos.

Os dispositivos podem se constituir enquanto táticas na medida em que atuem como instrumentos para o funcionamento de uma estratégia maior, como a produção de determinado tipo de população. De forma mais clara, esses dispositivos são úteis para proporcionar o funcionamento de uma estratégia e seus procedimentos.

Em caráter complementar, os procedimentos aos quais nos referimos também se aliam às estratégias biopolíticas, nas quais o conjunto dos corpos tem suas funções vitais acompanhadas, modificadas e intensificadas, partindo de métodos administrativos específicos.

Temos, aqui, a gestão das funções e caracteres orgânicos (Milanez, 2007), retomados da biologia, gestão essa que garante que corpos individualizados sejam dissolvidos num conjunto de dados que objetivam nossos corpos para a produzir um tipo específico de experiência social.

A existência da materialidade empírica de nossos corpos ancora-se nas relações entre o corpo individualizado e o corpo coletivo. Nessas relações, se somam as técnicas de docilização e os controles sobre a população, que aparecem como desdobramento e engrenagem do funcionamento dos dispositivos de poder na contemporaneidade, reativando saberes históricos sobre quem devemos ser.

Tratando especificamente das estratégias de docilização dos corpos das mulheres, vemos que essa estratégia parece ser longínqua e constantemente reativada com o objetivo de certificar a inalteração das dinâmicas hierárquicas de poder, que demarcam para os corpos das mulheres o lugar de propriedade.

Sobre isso, Witzel (2014, p. 525) reflete que o

corpo feminino concentrou, durante muito tempo, as marcas da inferioridade, da subordinação e da exclusão; foi alvo de inúmeras interpretações e representações; esteve sempre regulado por normas e valores de ordem moral, ética, estética e

científica.

A autora (2014) complementa ainda que os discursos sobre a materialidade corporal das mulheres, tomado como objeto de conhecimento e de saber, emergem em uma teia contornada no/pelo poder-saber-verdade e promovem verdades sobre um corpo frágil, adoecido, sensível e que deve assumir docilidade ancorada na sua pretensa incapacidade, como vemos, por exemplo, na seguinte passagem da Bíblia: “do mesmo modo vocês, maridos, sejam sábios no convívio com suas mulheres e tratem-nas com honra, como *parte mais frágil e co-herdeiras do dom da graça da vida*, de forma que não sejam interrompidas as suas orações”(Evangelho de Pedro, 3:7, grifo nosso).¹

Essa relação enquadra homens e mulheres em relação de antagonismo complementar. A mulher, enquanto frágil, precisa da garantia de proteção do homem, para quem a vida fora de casa é destinada e para quem as instituições sociais são pensadas, enquanto somente a mulher é capaz de dar a vida. Perrot (2003) nos diz que a função reprodutora demarca a existência histórica dos corpos das mulheres, silenciando-os em uma função reprodutiva que é anônima e impessoal. Os resquícios desses saberes sobre nós, mulheres, ainda no nosso tempo estão enraizados em inúmeras experiências e no imaginário social.

O corpo da mulher demanda cuidados. Cuidados de natureza moral e disciplinar. Esse corpo deve ser recatado, controlado, especificamente, para que possa afastar o olhar do outro da possibilidade de tentar o desejo e afetar as paixões. Sobre isso, Perrot nos diz que (2003)

Há muito que as mulheres são as esquecidas, as sem-voz da História. O silêncio que as envolve é impressionante. Pesa primeiramente sobre o corpo, assimilado à função anônima e impessoal da reprodução. O corpo feminino, no entanto, é onipresente: no discurso dos poetas, dos médicos ou dos políticos; em imagens de toda natureza - quadros, esculturas, cartazes - que povoam as nossas cidades. Mas esse corpo exposto, encenado, continua opaco. Objeto do olhar e do desejo, fala-se dele. Mas ele se cala. As mulheres não falam, não devem falar dele. O pudor que encobre seus membros ou lhes cerra os lábios é a própria marca da feminilidade (Perrot, 2003, p.15).

Partimos de Perrot (2003) para pensar os lugares de constituição das subjetividades das

¹ Todos os trechos bíblicos citados nesse estudo foram coletados na Bíblia Sagrada apresentada na lista de referências, sobretudo no endereço disponibilizado.

mulheres como desdobramento estratégico de linhas de força que atuam na perpetuação de virtudes morais rigorosas para seus corpos. Essas virtudes morais operam uma construção sociocultural e discursiva do “ser mulher”, construção essa que foi analisada por Simone de Beauvoir, na obra *O segundo sexo*, de 1949, como feita de contenção, disciplina, docura, passividade, submissão (sempre dizer sim, jamais não), pudor, silêncio. Essas são, então, as “virtudes cardeais da mulher” (Perrot, 2003, p. 21).

Esses saberes sobre nós devem fazer parte da instrução das meninas desde muito cedo, pois é importante a formação dos bons hábitos e produção de boas esposas, mães e donas de casa. E é nesse ponto que assistimos vir para a superfície todos os saberes que operam a produção de atitudes corporais específicas para a subjetividade da mulher. Esse processo é lento, gradual, e está no centro das relações familiares, na vida privada; a vida das mulheres deve ser vigiada de perto.

As virtudes morais femininas de total submissão e perpetuação do silêncio nos comportamentos e gestos cotidianos são centrais para que essa estratégia seja eficaz. Para tanto, temos a hipervalorização do pudor, da honra feminina, do fechamento e do silêncio do corpo como tática de distanciamento e controle dos desejos das mulheres, afastando a possibilidade da mulher constituir fonte de tentação e desvio.

O dispositivo disciplinar

Propusemos na discussão anterior, que entendêssemos o jogo de concatenações possíveis a partir do funcionamento dos dispositivos, relações essas que têm, na ponta da linha, nossa dinâmica conosco. Então, é preciso entender por dispositivo a ligação que se consolida entre instituições, discursos, tratados morais e filosóficos, organizações arquitetônicas e enunciados científicos. Temos, então, que “o dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos” (Foucault, 2011, p. 244).

Essas pontuações nos levam a relembrar que os dispositivos podem atuar taticamente na ordem social. Eles compõem determinada estratégia, como também, consistem e se aliam a outros múltiplos dispositivos em sua própria tática. Sobre o dispositivo disciplinar em específico, a família, o hospital e a escola atuam visando a manutenção da lógica de poder e

sua perpetuação histórica.

Em todas as partes da sociedade se exerce alguma forma de poder; o poder implica saber e consequentemente, o saber repousa sob um jogo de poder. Quando fazemos referência ao saber aqui, chamamos a atenção para a relação que esses elementos possuem com regras (anônimas ou não) sempre determinadas em um recorte histórico. Falamos, com isso, que em determinado momento, é emitido certo enunciado e o que foi enunciado se configura como um saber verdadeiro, o qual, ao ser ensinado por meio de uma relação de poder, atua de maneira disciplinar, produzindo uma dada subjetividade. Por isso o dispositivo disciplinar é tão relevante para essa investigação, uma vez que, como pontuado anteriormente, a conduta do corpo das mulheres materializa o elo ao olhar do outro sobre essa superfície.

Foucault (2007) reflete sobre a perspectiva do olhar e a vigilância na consolidação das boas condutas ao refletir que a disciplina é uma tecnologia específica do poder atuante na elaboração de sujeitos dóceis e úteis aptos ao trabalho. Como estratégia, mecanismos eficazes de punição incessante e de vigilância ininterrupta são desenvolvidos. Foucault cita, por exemplo, a invenção do panóptico, em 1785, pelo filósofo Jeremy Bentham. Nesse modelo de prisão, a arquitetura foi elaborada em caráter coercitivo e disciplinador, cuja estruturação faz com que seja possível haver controle demasiado e constante de todos os atos dos indivíduos.

Esse método se mostra eficaz através da separação entre ver e ser visto. O poder se exerce através da vigilância constante, que opera modificações nas condutas dos sujeitos através do *efeito do olhar*.

Essa onipresença, deslocada, talvez, da onipresença divina, converte-se em uma efetiva operacionalização do poder, uma vez que, ainda que não possa ver, o sujeito disciplina a si mesmo no receio daquilo que é visto pelo outro. Witzel (2014) reflete que o caráter eficaz do efeito do olhar produz, através dessa estratégia, o efeito de subjetividade.

Por isso, a interiorização do olhar do outro produz um efeito de subjetividade: a culpa, o autocontrole, o cumprimento de normas e a disciplina constante são alguns dos modos pelos quais os sujeitos são constituídos a partir da obrigação de vigiar a si mesmos. Pode-se igualmente dizer que o dispositivo do poder disciplinar comprehende saberes e instituições, o que fez surgir uma tecnologia renovada do poder, mais complexa e mais abrangente, na medida em que o panóptico se transformou em panoptismo (Witzel, 2014, p. 528).

A vigília das mulheres encontra formas de materialização através de olhares externos. Por isso a vigilância e seus deslizes para o efeito do olhar: para que, sustentada em estratégias específicas, a manutenção da lógica hierárquica que garante lugar de visibilidade para homens seja perpetuada e nós, mulheres, permaneçamos em segundo plano, como enunciam as posições dos corpos nos encadeamentos imagéticos a seguir.

Figura 1: Família do Cel. Agostinho, São Paulo, Brasil - 189x



Fonte: Blog Construindo História Hoje.²

Figura 2: Família J. Pinto (mulheres), Rio de Janeiro - Brasil 192x

² Disponível em: <https://construindohistoriahoje.blogspot.com>. Acesso em 10 de novembro de 2018.



Fonte: Brasiliana Fotográfica.³

Figura 3: Família de Antônio Agu, São Paulo, 1892



³ Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/5383>. Acesso em 09 de novembro de 2018

Fonte: Arquivo de fotos do Google.⁴

Figura 4: Maternidade Fora da Caixa - Relatos sobre depressão pós-parto



Fonte: Canal TV UNEB – Juazeiro.⁵

Assim, um determinado saber, ao ser edificado, é reproduzido por instituições que atuam como uma maquinaria social, produzindo sujeitos que se comportam e se conduzem a partir desse saber que se estabelece, produzindo contínuos temporais, tal como buscamos demonstrar elevando a disposição dos corpos nas imagens ao valor de enunciado, realçando a posição em segundo plano das mulheres nas imagens.

O dispositivo de aliança

Tendo construído o percurso a respeito da noção de dispositivo, nos atentamos para o dispositivo disciplinar de forma a estabelecer as interfaces de sua atuação na dinâmica corporal das mulheres ao longo da história. Mas, esse dispositivo não é único e relaciona-se a dispositivos outros que possuem função importante no estabelecimento de uma conduta das mulheres.

Iniciamos aqui o caminho de uma conduta de Si para as mulheres através do dispositivo de aliança propondo um olhar genealógico de método arqueológico e investigativo sobre as condições de emergência dos modos de conduzir a Si, articulando mais uma vez pontos

⁴ Disponível em: http://www.hagopgaragem.com/osasco_familia_agu.html. Acesso em 06 de maio de 2018.

⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AZP1J9W2IMs>. Acesso em 05 de novembro de 2018

históricos, deslocando saberes e questionando formas de governo de nós para nós mesmos.

Dito isso, partimos da perspectiva que é a partir do “*dispositivo de aliança*” (Foucault, 1988, p. 100), que se desdobra no sistema de matrimônio, de fixação e desenvolvimento dos parentescos e de transmissão dos nomes e dos bens, que se formaram os saberes sobre as relações familiares e sobre as condições de possibilidade dos sujeitos na conduta de seus corpos.

Precisamos pontuar aqui que partimos do sistema de matrimônio em específico para pensar as condutas dos corpos por entender que desempenho de suas funções, esses sujeitos, dentro da relação familiar que se desdobrava do matrimônio, relacionam-se com outros sujeitos, e é nessas relações que são estabelecidas as possibilidades, o que Foucault chama de “modos de existência virtuais para sujeitos possíveis” (Foucault, 2010, p. 04). Isso significa dizer que, das condições de possibilidades de um determinado sujeito, se desdobram as condições de possibilidades de outros sujeitos que se relacionam com ele. Assim, o Si, questão fundamental, enquanto singularidade, desdobra-se também do não-individual, uma vez que sua conduta se estabelece no feixe dessas relações.

Isso acontece nas relações existentes entre o homem e a mulher, nas quais o homem é privilegiado por ‘ser homem’ e a partir dos saberes existentes sobre esse sujeito na sociedade, o que torna possível o estabelecimento de todo um feixe de saberes que constitui o ‘ser mulher’, uma vez que essa rede de saberes não é estática e ordenada. Ela se desloca, se desdobra, funcionando em dispersão e em múltiplos espaços.

E é essa dispersão que compreendemos aqui como um modo de existência virtual: uma existência que pode e não poder ser, quase espectral, na qual os sujeitos são muitos em diferentes lugares e ao mesmo tempo, o que foi chamado por Foucault (1988, p.135) de “a plenitude do possível”.

O dispositivo de aliança foi fundamental na constituição das relações no matrimônio, que se desdobram na constituição das relações familiares. Retomando um dos objetivos principais desse dispositivo, que seria a manutenção da lei que rege as relações de poder, já sabemos que o homem, enquanto pai e marido, possuía papel central na instituição familiar. À mulher e à criança, até então, estava destino o espaço da restrição.

Tratando especificamente dos meninos dentro das famílias, as relações estavam

inseridas sob a autoridade paterna. Era no pai que estavam centradas as atenções e os exemplos, noção que pode ser ratificada a partir da aproximação dos corpos dessas crianças com os homens presentes nas fotografias analisadas, o que resulta em uma posição infame das mulheres dentro das fotografias.

Figura 5: Domingos R.A. Lima, negociante de açúcar, e família, Recife, Brasil - 1890



Fonte: Arquivo de fotos do Google.⁶

Figura 6: Retomada da imagem da Família de Antônio Agu, São Paulo, 1892



Fonte: Arquivo de fotos do Google.⁷

Figura 7: Família Benigno Correa - Cachoeira do Marimbondo, SP - Brasil, 1923

⁶ Disponível em: <https://blogdojuanesteves.tumblr.com/page/16>. Acesso em: 05 de novembro de 2018

⁷ Disponível em: http://www.hagopgaragem.com/osasco_familia_agu.html. Acesso em 06 de maio de 2018



Fonte: Brasiliiana Fotografica.⁸

O que entendo por infame aqui materializa-se na sutil separação dos corpos nas imagens que selecionamos e organizamos em cadeia. Separação essa que elevamos ao esteio da enunciação, por entender que nesse detalhe, que pode passar despercebido em uma rápida análise, são estabelecidos determinados domínios corporais, zonas de atuação que nos dizem sobre a composição de nossa subjetividade em paralelo a um papel.

Retomamos Foucault (2003) para entender que a vida dos infames, nesse caso, a vida das mulheres infames diz sobre nós.

Não é uma compilação de retratos que se lerá aqui: são armadilhas, armas, gritos, gestos, atitudes, astúcias, intrigas cujas palavras foram os instrumentos. Vidas reais foram "desempenhadas" nestas poucas frases; não quero dizer com isso que elas ali foram figuradas, mas que, de fato, sua liberdade, sua infelicidade, com freqüência sua morte, em todo caso seus destinos foram, ali, ao menos em parte, decididos (Foucault, 2003, p. 204).

A relação entre o que constitui a mulher configura-se como desdobramento antagônico da constituição do homem, se levarmos em conta sua condição nas fotografias. Esse antagonismo é ideia fundamental para a constituição da mulher, de forma mais abrangente, já que homens e mulheres possuiriam funções sociais diferentes e que, de acordo com Corbin, Courtine e Vigarello (2013), até o século XIX acreditava-se, em forte relação com o Naturalismo, ou seja, que essas diferenças estavam pautadas na *ordem da Natureza*.

O que queremos deixar claro é que as diferenças anatômicas entre homens e mulheres

⁸ Disponível em: <http://brasiliayanafotografica.bn.br/brasiliiana/handle/20.500.12156.1/1778>. Acesso em 09 de novembro de 2019

encenam de forma fundamental o processo de divisão das funções sociais, deslocando-se do aspecto sexual, mas não restrito a ele. Temos, então, o corpo como foco de atuação do dispositivo da aliança.

Relações de domínio do corpo no dispositivo de aliança: novas condições de possibilidade.

A ordem da Natureza que trouxemos anteriormente se mostrará de grande importância para a dinâmica social de nossos corpos. Abrimos esse espaço para chamar a atenção para o fato de que essa ordem da Natureza, conforme entendida pelos naturalistas, não deixava de estabelecer, laços estreitos com as concepções bíblicas sobre homens e mulheres, perpetuando a noção de um homem que exerce domínio sobre as outras criaturas e de uma Eva culpada.

Vejamos que, na Bíblia, recomenda-se que a mulher aceite do domínio do homem: “Mulheres, sujeite-se cada uma a seu marido, como ao Senhor” (Efésios, 5:22).

A culpa de Eva, presente no livro Gênesis da Bíblia, é fundamental no estabelecimento de uma restrição do prazer e da livre sexualidade da mulher, já que recai sobre ela a queda do paraíso. Isso nos leva a uma responsabilização que se desprende da fé para atuar sobre o corpo que deve servir apenas e somente para o lugar controlado da reprodução.

Witzel (2014) nos diz que no livro Gênesis há uma construção narrativa sobre a experiência de vida do primeiro casal feito por Deus, responsabilizando a mulher por toda dor e sofrimento da humanidade. A autora nos fala que desde então, ecoam em inúmeros discursos, de diferentes ordens, “os sentidos que associa(ra)m o corpo da mulher ao pecado, objetivando-o como tentador, força do mal, do qual é urgente se defender” (Witzel, 2014, p. 531).

Por isso o segundo plano, por isso o lugar infame. O corpo da mulher é impuro e, por isso, precisa ser escondido, posto em espaço de menor visibilidade, apagado, silenciado. Só a procriação justifica o sexo. Na contrapartida, ao homem viril, cabe “garantir a sobrevivência da espécie colocando a semente na mulher” (Corbin, Courtine & Vigarello, 2013, p. 17) e, à mulher, cabe o papel de gerar.

Como desdobramento da culpa de Eva, que atua fortemente na elaboração de nossa subjetividade, constrói-se uma mulher dependente e controlada por um homem que pode (e deve) ter o domínio sobre todas as coisas.

Então disse Deus: "Façamos o homem à nossa imagem, con-for-me a nossa semelhança. Domine ele sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu, sobre os grandes animais de toda a terra e sobre todos os pequenos animais -que se movem rente ao chão". Criou Deus o homem à sua imagem, à imagem de Deus o criou (Gênesis 1:26-27).

Outro ponto que explicita a relação que expusemos atrela-se ao fato que, bíblicamente, foi Adão o responsável pela vida de Eva. Corbin, Courtine e Vigarello (2013) refletem que, com base no livro Gênesis, Eva seria uma parte de Adão, completando sua existência e estabelecendo uma harmonia fundamental. Partindo dessa lógica, homens e mulheres se completam e, assim, constituem-se em espaços antagônicos.

Com base nesse antagonismo, a topologia corporal da mulher seria constituído em oposição à virilidade masculina: a flacidez e a fraqueza nos músculos comporiam uma mulher que estaria em lugar de dependência de um homem forte, em oposição à sua fragilidade.

Witzel (2014) reflete que, nesse enredo, o corpo da mulher, no século XVIII passa a ser objeto de interesse do discurso e da ação médica, possibilitando novas interpretações a respeito dessa materialidade partindo de novos conhecimentos biológicos. Corbin, Courtine e Vigarello (2013) salientam, ainda, que a fragilidade feminina (aliada ao interesse de verificação dos mistérios do corpo da mulher, em oposição à obviedade do corpo do homem) trouxe, para a medicina, toda uma série de estudos sobre as doenças da mulher. E é nessa fragilidade, que existe em oposição à força masculina, que reside o descontrole e a falta de capacidade de dominar a Si.

O homem, que é detentor do autodomínio, fica a cargo de projetos duradouros e da instrução escolástica, o que autoriza a expansão do seu ser, abrindo seu horizonte de possibilidades, já que o progresso provém do homem viril, e não da mulher.

Em oposição à expansão masculina, a mulher é marcada pela constrição: por ser menos sensível e frágil que a mulher, o homem não precisa de cuidados sensoriais. Caem, sobre a mulher, os olhares da vigilância e não há sistema de vigilância mais eficiente que o matrimônio.

Foucault (1988) reflete que, no matrimônio, desloca-se a restrição da ordem da sexualidade de forma a serem compostas toda uma série de obrigações conjugais para a mulher. Essas obrigações fizeram com que, conforme dito por Corbin, Courtine e Vigarello (2008),

muitas mulheres pagassem com a própria vida para exercer seu papel de procriação, fato que ratifica o lugar desprivilegiado da mulher em relação ao homem e à própria criança, já que para que a última existisse até mesmo a vida feminina era irrelevante.

A função dos ovários e a natureza do ciclo menstrual, segundo Witzel (2014), atuaram fortemente nas condições de possibilidade da passividade sexual da mulher, associada historicamente à condição de domínio do homem, autorizada por Deus, e filosoficamente à ordem da Natureza. Nesse esteio, ainda hoje perpetuam-se saberes que nos falam sobre a irrelevância da aceitação ao sexo, por parte das mulheres, uma vez que nenhum tipo de estímulo se faz necessário para que as mulheres concebam, o que fortalece a premissa de que nossos corpos são receptáculos. Como deslocamentos dessas perspectivas, a dessexualização gradual da mulher enuncia o controle de sua conduta.

Considerações finais

Deslocamentos desses saberes cuidadosamente difundidos ao longo da história sobre as mulheres marcam suas vivências e suas condições de existência. Apreender a si possibilita o rompimento com a gradual instrução das mulheres enquanto parte ou propriedade dos homens. Novos caminhos para o conhecimento das mulheres sobre si mesmas e sua história enquanto corpos sociais caracterizam-se como forma de resistência possível.

Referências

Bíblia Sagrada. (Acesso em 28 out 2020). Disponível em: https://www.bibliaon.com/papel_da_mulher/.

Bruschini, C. (1998). *Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas.

Corbin, A; Courtine, J.J; Vigarello, G. (2008). *História do corpo - Volume 3: as mutações do olhar. O século XX*. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes.

Corbin, A; Courtine, J.J; Vigarello, G. (2013). *História da Virilidade: o triunfo da virilidade*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Deleuze, G. (2020). *O que é um dispositivo*. Disponível em

<<http://vsites.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/art14.pdf>>. Acesso em: 12 dez 2020.

Foucault, M. (2014). *A Arqueologia do Saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Foucault, M. (2004). A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In M. B. Motta (Org.), *Ditos e escritos V: ética, sexualidade, política* (E. Monteiro, I. A. D. Barbosa, trad., pp. 264-287). Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária.

Foucault, M. (2011). *A microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal.

Foucault, M. (2003). A vida dos homens infames. In: _____. *Estratégia, poder-saber*. Ditos e escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 203-222.

Foucault, M. (1988). *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal.

Foucault, M. (1984). *História da Sexualidade II: o uso dos prazeres*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 8. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal.

Foucault, M. (2010). *O governo de si e dos outros*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.

Foucault, M. (2007). *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 34. ed. Petrópolis, Vozes.

Kimmel, M. (2000). Inequality and difference – The social construction of gender relations. In: *The gendered society*. New York: Oxford University Press.

Milanez, N. (2018). O lampejo do sentido: indícios de retorno a si com Borges e Foucault. In: TFOUNI, Leda Verdiani; PEREIRA, Anderson de Carvalho; MILANEZ, Nilton (orgs.). *O paradigma indiciário e as modalidades de decifração nas Ciências Humanas*. São Paulo: EdUFSCar, 75-93.

Milanez, N. (2007). Os sintomas do discurso: sujeito, corpo e clínica na mídia. *Revista da ESPM*, 4, 49-64.

Perrot, M. (2003). *Minha história das mulheres*. [Tradução Angela; M. S. Côrrea]. São Paulo: Contexto.

Saffioti, H. (1992). Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos.

Santos, J. A. (2007). Gênero na Teoria Social - Papéis, Interações e Instituições. *Virtú* (UFJF), 4, 4 edição.

Witzel, D. (2014). Discurso, história e corpo feminino em antigos anúncios publicitários. *Alfa*, São Paulo, 58, 525-539.

Financiamento: Este trabalho não recebeu financiamento.

Conflitos de interesse: Todos os autores declaram não haver conflito de interesses.

Aprovação do comitê de ética: Não aplicável.

Disponibilidade dos dados de pesquisa: Todos os dados gerados ou analisados neste estudo estão incluídos no manuscrito

Contribuição dos autores: Idealização: NASCIMENTO, Rebeca Barbosa. Curadoria de dados: NASCIMENTO, Rebeca Barbosa, NASCIMENTO, Rodrigo Barbosa, MILANEZ, Nilton; Metodologia: NASCIMENTO, Rebeca Barbosa, NASCIMENTO, Rodrigo Barbosa, MILANEZ, Nilton. Revisão e edição: NASCIMENTO, Rebeca Barbosa, NASCIMENTO, Rodrigo Barbosa, MILANEZ, Nilton